



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 9/XVI/M&C 1.ª SL

Aos 5 dias do mês de junho de 2024, pelas 14:15 horas, reuniu a Mesa e Coordenadores da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência com a Plataforma Portuguesa das ONGD.

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo 1.º Vice-Presidente da Comissão, Deputado **Carlos Eduardo Reis (PSD)**, foi por este manifestado um cumprimento aos Deputados presentes e delegação visitante. Depois deu conta da grelha de tempos pela qual se regeu a audiência. Após os cumprimentos deu a palavra à delegação da Plataforma Portuguesa das ONGD para uma intervenção inicial.

Ana Patrícia Fonseca, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, referiu que esta plataforma tinha acompanhado de perto os trabalhos da Assembleia da República, nomeadamente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sendo disso exemplo a articulação mantida com os vários grupos parlamentares. Enquanto entidade representativa das ONGs portuguesas que trabalham nas áreas da cooperação para o desenvolvimento, da ação humanitária e de emergência e da educação para o desenvolvimento e cidadania global, tinham especial interesse nos assuntos abordados por aquela comissão. Manifestou a crença firme que a cooperação internacional para o desenvolvimento deve desempenhar um papel cada vez mais importante na construção de um futuro digno e sustentável para as gerações presentes e futuras, nomeadamente, tendo em conta as presentes guerras. Referiu que último relatório de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicado no passado dia 13 de março, mostrava que o índice de desenvolvimento humano tinha evoluído de forma desigual. Ao mesmo tempo que nos países mais ricos se registavam máximos históricos, o índice de desenvolvimento humano de metade dos países mais pobres permanecia abaixo dos níveis pré-pandemia. Referiu também que, pese embora o alinhamento de Portugal com as principais soluções internacionalmente concertadas e o seu empenho,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 9/XVI/M&C 1.ª SL

nomeadamente no cumprimento da Agenda 2030, e na implementação das recomendações do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e, pese embora todo aquele alinhamento, havia uma dimensão estrutural em que Portugal tem estado aquém daquilo que seriam as suas responsabilidades para cumprir o compromisso que assumiu de dedicar pelo menos 0,7 % do RNB para a ajuda pública ao desenvolvimento até 2030, sendo que em 2023, esta dotação ficou abaixo dos 0,2%. Realçou que a Assembleia da República e aquela Comissão Parlamentar, tinham um papel importante na monitorização e na criação das condições para o reforço das políticas de cooperação implementadas por Portugal. Manifestou que as eleições antecipadas vieram interromper alguns processos, nomeadamente, a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, o Roteiro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2030, a aprovação e conseqüente implementação da nova Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, entretanto aprovada. Neste âmbito, realçou a importância do escrutínio e o acompanhamento do processo da sua aprovação pelo Governo por parte da Assembleia da República. Solicitou esforços da Assembleia da República para a preservação de um espaço cívico aberto. Referiu ainda que, no setor da cooperação, onde as ONGDs atuam, o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento não tem, no entanto, funcionado com a consistência que desejavam nem com a regularidade que estava no seu regulamento. No âmbito mais lato de concertação entre Estado e sociedade civil, referiram a importância de assegurar uma maior representatividade do Conselho Económico e Social, onde as ONGDs não têm atualmente representação. Finalizou, desafiando a Assembleia da República no sentido de constituir um grupo de trabalho no âmbito desta comissão dedicada a acompanhar a execução da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030.

Intervieram a Deputada e os Deputados **Regina Bastos (PSD)**, agradecendo a exposição dos objetivos por parte da delegação. Questionou se, relativamente ao financiamento determinado, teria existido algum progresso nos últimos anos, apesar de não ter sido atingido o valor de compromisso; se já teria sido formalizada, nos termos em que legalmente tem de ser formalizada, a vontade de integração da Plataforma Portuguesa das ONGD ao Conselho Económico e Social (CES) e se existiu alguma razão específica para a não integração nesse Conselho. Manifestou preocupação quanto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). **João Paulo Correia (PS)**, manifestou o interesse em trabalhar em prol da cooperação. Referiu que, nomeadamente desde 2010 a maior subida



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 9/XVI/M&C 1.ª SL

que foi registada na ajuda pública ao desenvolvimento foi justamente em 2022, em cerca de 17,5 %. Reforçou a questão colocada anteriormente sobre a formalização do pedido de integração no Conselho Económico e Social. Manifestou preocupação quanto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Referiu que o Grupo Parlamentar do PS iria proceder ao debate interno sobre a criação do Grupo de Trabalho para o acompanhamento da execução da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030. **Ricardo Dias Pinto (CH)** agradeceu a informação prestada e manifestou a disponibilidade do Grupo Parlamentar do CH para dialogar com as instituições da sociedade civil.

Tomás Nogueira, da direção da Plataforma Portuguesa das ONGD, referiu que existiu um aumento significativo em 2022 da ajuda pública ao desenvolvimento, tendo ultrapassado, pela primeira vez no espaço de sete anos, a barreira dos 0,2 % do RNB, tendo, em 2023, ficado novamente abaixo desse valor. Realçou a importância da definição de uma calendarização que permita, de uma forma consistente, prever aquilo que serão os valores dedicados e identificar os avanços e recursos nos últimos anos. Referiu que a integração de novos membros no CES implica uma alteração legislativa, pelo que solicitou à Assembleia da República que legislasse nesse sentido.

Ana Patrícia Fonseca, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, referiu que uma das maiores dificuldades das ONGDs é sempre a questão do financiamento à ação e ao trabalho que desenvolvem nos diferentes países e nas diferentes áreas, salientando o aumento do financiamento às ONGDs que teve lugar nos últimos dois anos, sobretudo as linhas de cofinanciamento do Instituto Camões às ONGDs e que permitiu fortalecer o trabalho por estas executado.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas 15:05 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 9/XVI/M&C 1.ª SL

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2024.

O VICE-PRESIDENTE

(Carlos Eduardo Reis)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 9/XVI/M&C 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)

Ricardo Dias Pinto (CH)

Regina Bastos (PSD)

João Paulo Rebelo (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ata aprovada em reunião de Comissão de 12 de setembro de 2024